

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS COM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA FUNDAMENTAL DE ENSINO**

Gildemar Lima Oliveira (1); Ticiany Marques da Silva (2); Deborah Dornellas Ramos (3)

(1) *Universidade Federal de Campina Grande – gildemarlina2009@hotmail.com*

(2) *Universidade Federal de Campina Grande – ticianymarques@hotmail.com*

(3) *Universidade Federal de Campina Grande – deborahdornellas@gmail.com*

### **Resumo**

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional que concebe a igualdade e a diferença como valores indissociáveis e avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. O presente trabalho tem por finalidade relatar a experiência vivenciada no projeto de extensão da Universidade Federal de Campina Grande, intitulado Educação especial e inclusiva: construindo conhecimentos com professores da rede pública fundamental de ensino. Ao qual foi realizado com os professores do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Foram abordadas as deficiências e as dificuldades de aprendizagem, o que compreende as deficiências motora, visual, auditiva, intelectual e transtorno do espectro do autismo, além das dificuldades de aprendizagem. Nesses contextos, foram utilizados slides de apresentação, oficinas de trabalho com folders explicativos, dinâmicas de grupo e círculos de discussão coordenada, com o propósito de favorecer a construção dos conhecimentos relacionados às temáticas supracitadas. Destaca-se que esse processo foi promovido mediante o uso de recursos didáticos facilitadores, como vídeo aulas, documentários, entrevistas e filmes para facilitar a sensibilização dos participantes e o acesso ao conhecimento, sendo ministrado pelos extensionistas do projeto mencionado. O presente trabalho teve a orientação da doutora Debora Dornellas Ramos, coordenadora do projeto mencionado. A partir das experiências vivenciadas pode-se concluir que o projeto em questão possuiu um significativo aprendizado tanto para os extensionistas quanto para os professores que participaram de tal formação.

**Palavras-chave:** Formação Docente, Inclusão, Ensino-aprendizagem.

## **Introdução**

Argumenta-se que, historicamente, a escolarização se constituiu enquanto um privilégio assegurado a certos grupos, legitimando a exclusão e se refletindo em políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2007).

No que diz respeito aos movimentos feitos pelo Governo no sentido de reverter essa situação, observa-se que, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que deve haver “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, sendo dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, enquanto o Estatuto da Pessoa com Deficiência (13.146/2015), reforça essa ideia ao estabelecer a obrigatoriedade do Poder público proporcionar a preparação das escolas, o aprimoramento dos sistemas educacionais, além da capacitação e formação dos profissionais da educação, o que compreende a inclusão de conteúdos curriculares nos cursos de nível superior, da educação profissional e tecnológica, de questões relacionadas às pessoas com deficiência, bem como o estímulo e o apoio à criação de cursos de pós-graduação e outras ações com o objetivo de formar recursos humanos qualificados e estruturar as diretrizes nessa área de conhecimento.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), em vigor desde o dia 03 de janeiro de 2016, estabelece a obrigatoriedade legal do aprimoramento dos sistemas educacionais, considerando a necessidade de capacitação e formação dos profissionais da educação para o trabalho com a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Logo, ressalta-se a relevância da estruturação de ações de extensão, por parte das universidades, no processo de construção dos conhecimentos sobre a educação especial e o ensino inclusivo, tanto no que se refere à formação dos (as) alunos (as) nos cursos de licenciatura, quanto dos (as) professores (as) da rede pública fundamental de ensino, visando as oportunidades de diálogo, trocas e colaboração mútua entre os (as) alunos (as) e os (as) profissionais de educação.

O movimento pela educação inclusiva consiste em uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito universal de acesso à educação (Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948), que assegura a todos os alunos o direito de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990).

Pode-se dizer que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional que concebe a igualdade e a diferença como valores indissociáveis e avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Nesse sentido, argumenta-se que a escolarização, historicamente, constituiu-se enquanto um privilégio assegurado a certos grupos, o que terminou legitimando a exclusão e se refletindo em políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008).

A partir do processo de democratização da escola, o paradoxo inclusão/exclusão se tornou evidente quando os sistemas de ensino universalizaram o acesso, mas continuaram excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola (Declaração de Salamanca, 1994). Diante dessa problematização, explicita-se os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Definindo a educação, no artigo 205, enquanto um direito de todos para a garantia do pleno desenvolvimento da pessoa, do exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho. Destaca-se ainda que o artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Tendo em mente essa visão, o presente projeto foi elaborado com o propósito de oferecer aos (as) alunos (as) extensinonistas dos cursos de licenciatura no Centro de Educação e Saúde – CES da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, a oportunidade de entrar em contato com os conhecimentos teóricos referentes à educação especial e inclusiva, levando conhecimentos aos professores do ensino fundamental e estabelecendo trocas com os mesmos, além de entrar em contato com a realidade da atuação desses profissionais e dialogar acerca das práticas e dos desafios do trabalho com a educação especial na perspectiva da educação inclusiva em sala de aula. Quanto aos professores do ensino fundamental que participarão das ações do projeto, ressalta-se a oportunidade que terão de acesso aos conhecimentos teóricos e práticos propostos pela literatura científica da área, em um contexto de troca com os (as) alunos (as) extencionistas, o que se faz relevante, sobretudo, para que

esses profissionais possam repensar a sua atuação, e assim construir novas práticas, fundamentadas em informações e pontos de vista diferenciados.

Seguindo essa linha de pensamento o objetivo do presente projeto foi o seguinte.

Promover a construção de conhecimentos teórico-práticos sobre a educação especial e o ensino inclusivo junto aos (as) alunos (as) extencionistas em formação nos cursos de licenciatura do CES/UFCG e aos (as) professores (as) que atuam na rede pública fundamental de ensino, considerando os conhecimentos práticos que estes possuem e as oportunidades de diálogo, trocas e colaboração entre os (as) extencionistas e os (as) professores da rede pública de ensino fundamental do município de Cuité-PB.

### **Metodologia**

As ações do projeto de extensão foram desenvolvidas nas escolas E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Elça Carvalho da Fonsêca - Área: Centro e E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Julieta Lima e Costa - Área: Das Graças e Eucalipto, em Cuité - PB, sendo este município localizado microrregião do Curimataú Ocidental Paraibano, e conta com uma população estimada atualmente, em cerca de 20.325 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2015).

O público alvo do projeto foram os professores (as) que participaram das ações propostas pelo projeto em questão, esses eram responsáveis por turmas de ensino fundamental das escolas E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Elça Carvalho da Fonsêca - Área: Centro e E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Julieta Lima e Costa - Área: Das Graças e Eucalipto, localizadas em Cuité – PB.

O treinamento do (a) bolsista e dos (as) voluntários (as) foi realizado no próprio Centro de Educação e Saúde – CES/UFCG, a partir de textos formadores, vídeo aulas, documentários e filmes, que serão utilizados tanto para a formação e sensibilização dos alunos, quanto para as ações nas escolas de ensino fundamental supracitadas.

Antes de começarem as atividades, foram feitas visitas às escolas de nível fundamental E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Elça Carvalho da Fonsêca - Área: Centro e E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Julieta Lima e Costa - Área: Das Graças e Eucalipto, com o intuito de estabelecer contato com os responsáveis pelas escolas e conhecer os (as) educadores (as) que participarão das ações, além entrar em acordo com os mesmos acerca dos dias e horários mais convenientes para a realização ações de sensibilização, das oficinas de trabalho, das dinâmicas de grupo e dos temas abordados nos círculos de discussão propostas pelo projeto.

Em relação a elaboração do material didático, foram feitos slides e folders explicativos

elaborados com os (as) alunos (as) extensionistas para trabalhar os temas relacionadas a educação especial e ao ensino inclusivo com os (as) educadores (as). Para tanto, foram utilizados textos de referência na literatura científica da área, além de vídeo aulas, documentários, entrevistas e filmes, com o propósito de tornar as temáticas mais acessíveis, tanto aos (às) extensionistas quanto aos (às) educadores (as).

Durante as ações do projeto, foram abordados temas relacionados à educação especial e ao ensino inclusivo, tais como: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por exemplo, além das deficiências e dificuldades de aprendizagem, o que compreende as deficiências motora, visual, auditiva, intelectual e transtorno do espectro do autismo, além das dificuldades de aprendizagem.

Nesses contextos, foram utilizados slides de apresentação, oficinas de trabalho com folders explicativos, dinâmicas de grupo e círculos de discussão coordenada, como o propósito de facilitar a construção dos conhecimentos relacionados às temáticas abordadas, mediante ainda o uso de vídeo aulas, documentários, entrevistas e filmes para promover a sensibilização e o acesso ao conhecimento mediante recursos didáticos de fácil compreensão e acesso.

Os encontros com os (as) extensionistas foram realizados semanalmente, como o propósito de verificar a assiduidade dos (as) alunos (as), discutir as temáticas abordadas nas situações de sensibilização e círculos de discussão, planejar e avaliar as mesmas, além de elaborar estratégias diferenciadas de ação, quando necessário, para tornar os temas trabalhados mais acessíveis.

## **Resultado e discussão**

O primeiro contato entre os professores das escolas com os extensionistas e a coordenadora do projeto Deborah Dornellas foi para apresentar o projeto, seus objetivos além da apresentação dos extensionistas, onde esses falaram mais um pouco sobre o projeto. Os professores no primeiro momento perguntaram e achavam que deveriam trabalhar com os alunos, não com eles, e ficaram meio apreensivos, mas a coordenadora da escola, argumentou dizendo que o trabalho era muito importante, que todos os professores tinham ou iam ter alunos com algum tipo de deficiência e apoiou a iniciativa do projeto.

A primeira ação foi trabalhando o tema síndrome de down, onde iniciamos com alguns trechos do filme Do Luto à Luta, após a exibição aconteceu uma roda de conversa sobre o

assunto, onde cada professor dava sua opinião. Uma das professoras deu seu testemunho, falando que sua filha possuía síndrome de down e explicou como ensinava a ela. Os integrantes da roda de conversa tiraram algumas dúvidas, dessa forma foi explicado como os professores poderiam trabalhar com as crianças com síndrome de down, fazendo assim com que pudéssemos ter uma troca de experiência muito enriquecedora. Porém percebemos um pouco de resistência dos professores e para o próximo encontro pensamos como começar a quebrar essa barreira.

No segundo encontro trabalhamos na escola sobre surdez, onde iniciamos com um vídeo de 20 minutos sobre o tema para ser um norteador para a discussão. Em seguida foi realizada a dinâmica com a caixa com frases sobre surdez, essa dinâmica consiste em uma caixa com frases sobre o tema, onde um extensionista fica de costas e os professores em círculo vão passando essa caixa, onde a caixa parasse o professor que estivesse com ela na mão deveria pegar uma frase sobre o tema, ler em voz alta e após isso acontecia uma discussão a respeito dessa frase. A discussão ficou mais dinamizada e os extensionistas perceberam uma melhor flexibilidade entre os professores e o projeto. Um dos temas mais discutidos no dia foi sobre a disciplina de libras, ter um interprete em sala de aula poderia ajudar os alunos surdos que não sabem libras, e como a discussão acabou ultrapassando o horário previsto, os professores pediram para que esse assunto voltasse na próxima ação, pois ainda possuíam lacunas para serem preenchidas.

O projeto no terceiro encontro teve como tema deficiência mental, a coordenadora da escola juntamente da professora da sala de recursos abriu a discussão sobre o tema com um curta-metragem, após isso os extensionistas também passaram um vídeo mostrando uma escola na cidade de Barra de Santa Rosa - PB que é dedicada a pessoas com deficiência, alguns integrantes do projeto gravaram um documentário a respeito dessa escola. Logo após a exibição foi debatido sobre o documentário e após a discussão foi feita uma dinâmica envolvendo 3 tipos de deficiência, a qual os professores gostaram muito e a coordenadora de ensino inclusivo do município que se encontrava nessa ação, parabenizou a iniciativa e o projeto, convidando assim para conhecer e ir nas salas de algumas dessas crianças com deficiência que se encontravam no município no ensino fundamental I.

Em outro momento dois integrantes foram na escola visitar a sala de recurso onde se fazia presente 3 crianças com deficiência diferentes. A professora da sala nos apresentou e

explicou o que ela fez naquele dia e mostrou o que eles tinham feito durante todo o ano, os laudos de cada criança da sala, como funcionava os horários de atendimento de cada aluno e alguns planos que trabalhava. A professora falou ainda das dificuldades e relatou que cada passo que os alunos conseguiam dar em relação aos conhecimentos construídos em sala, mesmo que pequeno, era um grande avanço.

O encerramento do projeto na escola, aconteceu com uma roda de conversas com os professores, os extensionistas perguntaram o que eles tinham achado do projeto, o que gostaram e o que podia melhorar. Em unanimidade falaram que gostaram muito e que queriam que o projeto continuasse na escola no próximo ano, que aprenderam muito, disseram também que os extensionistas do projeto poderiam em contra turno ir para sala de aula observar a prática, pois como só tinham a teoria e os professores tinham a prática, a junção dentro de sala de aula seria de extrema importância.

### **Conclusão**

O projeto em questão foi de extrema importância para os extensionistas e para os professores participantes do mesmo, pois foi uma oportunidade de colocar em prática todo o conhecimento adquirido sobre os temas abordados no decorrer do projeto, fazendo uma ponte entre esse conhecimento teórico que possuíam com as experiências vivenciadas dos professores em sala de aula.

De acordo com os aspectos observados, compreendemos que um professor para atuar no ensino básico, requer uma tomada de consciência de que ser professor é assumir uma postura pedagógica investigativa e crítica e não ser mais um mero repetidor de conhecimento. O desafio para a nova geração de graduandos em licenciatura é buscar mudar de maneira crescente a forma de pensar e de ensinar suas disciplinas, desta forma, contribuindo com uma nova visão metodológica de ensino que é construída no decorrer de sua graduação.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. Brasília, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Resolução 217 A (III), de 10 de dezembro de 1948.